



**CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS  
CAMPUS PARQUE ECOLÓGICO  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**BIANCA OLIVEIRA FERNANDES**

**CUIDADOS ÉTICOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

**FORTALEZA  
2023**

BIANCA OLIVEIRA FERNANDES

CUIDADOS ÉTICOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Psicologia do  
Centro Universitário Christus, como  
requisito parcial para a obtenção do grau  
de Bacharela em Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup>. Elaine Marinho  
Bastos

FORTALEZA  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Centro Universitário Christus - Unichristus  
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do  
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F363c Fernandes, Bianca Oliveira.  
Cuidados éticos na avaliação psicológica com crianças e  
adolescentes / Bianca Oliveira Fernandes. - 2023.  
37 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro  
Universitário Christus - Unichristus, Curso de Psicologia,  
Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Me. Elaine Marinho Bastos.

1. avaliação psicológica. 2. ética. 3. infantojuvenil. I.  
Título.

CDD 150

BIANCA OLIVEIRA FERNANDES

CUIDADOS ÉTICOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup>. Elaine Marinho Bastos.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup>. Elaine Marinho Bastos

Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Glysa de Oliveira Meneses

Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup>. Karlinne de Oliveira Souza

Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

## RESUMO

A ética, como uma reflexão filosófica sobre a moral e os valores, assume um papel essencial na Avaliação Psicológica (AP) ao investigar os princípios que motivam e orientam o comportamento humano. Na AP, considera-se a ética como parte fundamental do processo, atividade restrita aos profissionais da Psicologia. Por meio de métodos, técnicas e instrumentos científicos, a AP busca uma compreensão mais profunda do comportamento humano, prevenindo comportamentos desadaptativos, déficits no desenvolvimento e possíveis transtornos psicológicos. Tanto em abordagens individuais quanto grupais, a AP explora como fatores sociais, econômicos, cognitivos, afetivos e biológicos podem interferir nos processos psicológicos. Ao trabalhar com crianças e adolescentes, a ética assume um aspecto ainda mais delicado e relevante. As (o) psicólogas (o) devem respeitar o estágio de desenvolvimento da criança, adaptando as técnicas terapêuticas às suas capacidades cognitivas e emocionais. Este estudo teve como objetivo aprofundar a compreensão da prática ética profissional na AP de crianças e adolescentes. Três profissionais atuantes nessa área participaram, respondendo a um questionário sociodemográfico e a uma entrevista semiestruturada. Os resultados, foram divididos em duas categorias, o setting na AP e fontes fundamentais e fontes complementares, que revelaram que esses profissionais possuem um conhecimento acerca das diretrizes éticas que orientam a prática da Psicologia, em especial no contexto da AP infantojuvenil em Fortaleza (CE). A consciência ética demonstrada por esses profissionais é fundamental para garantir uma conduta profissional responsável e respeitosa. A ênfase na ética durante a AP de crianças e adolescentes revela-se de extrema importância, demandando a adesão às diretrizes éticas, a criação de um ambiente seguro e respeitoso, e a atenção ao bem-estar dos jovens. Essa abordagem ética fortalece a credibilidade da Psicologia como ciência e profissão, tornando indispensável a conformidade com as regulamentações pertinentes.

**Palavras-chaves:** Ética. Avaliação Psicológica. Infantojuvenil.

## ABSTRACT

Ethics, as a philosophical reflection on morality and values, plays an essential role in Psychological Assessment (PA) by investigating the principles that motivate and guide human behavior. In PA, ethics is considered a fundamental part of the process, restricted to professionals in Psychology. Through scientific methods, techniques, and instruments, PA seeks a deeper understanding of human behavior, preventing maladaptive behaviors, developmental deficits, and possible psychological disorders. In both individual and group approaches, PA explores how social, economic, cognitive, affective, and biological factors can interfere with psychological processes. When working with children and adolescents, ethics assumes an even more delicate and relevant aspect. Psychologists must respect the child's stage of development, adapting therapeutic techniques to their cognitive and emotional capacities. This study aimed to deepen the understanding of professional ethical practice in the PA of children and adolescents. Three professionals working in this field participated, responding to a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview. The results were divided into two categories: the setting in PA and fundamental and complementary sources, which revealed that these professionals have knowledge of the ethical guidelines that guide the practice of Psychology, especially in the context of child and adolescent PA in Fortaleza (CE). The ethical awareness demonstrated by these professionals is fundamental to ensure responsible and respectful professional conduct. The emphasis on ethics during the PA of children and adolescents proves to be of utmost importance, requiring adherence to ethical guidelines, the creation of a safe and respectful environment, and attention to the well-being of young people. This ethical approach strengthens the credibility of Psychology as a science and profession, making compliance with relevant regulations indispensable.

**Keywords:** Ethics. Psychological Assessment. Childhood.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>MÉTODO .....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
	<b>ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>33</b>
	<b>ANEXO II – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO- Cuidados éticos na avaliação psicológica com crianças e adolescentes .....</b>	<b>36</b>
	<b>ANEXO III- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ética pode ser compreendida como pensamento filosófico sobre a moral e os valores, sendo ela responsável pela investigação dos princípios que motivam, disciplinam e orientam o comportamento humano (VÁSQUEZ, 1995). Na Psicologia, especificamente, refletir sobre o agir ético é fundamental para garantir os direitos humanos universais, como dignidade, equidade e respeito. A conduta ético-profissional da(o) psicóloga(o), neste sentido, embasa-se em reflexões sobre contextos, discursos e posturas que condizem com sua normativa e regulação profissional (CFP, 2005).

Com o objetivo de promover a qualidade do atendimento psicológico e o respeito aos direitos humanos, o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) veio para regulamentar a profissão e a normatização da atuação profissional. Ele é responsável por estabelecer normas e orientações para o exercício da profissão de psicóloga (o), visando a promoção da ética, da responsabilidade e da competência profissional. O Código também define princípios éticos que orientam o comportamento das (o) psicólogas (o) em suas relações com os pacientes, mas também com outros profissionais, instituições, sociedade e pesquisadores. Além disso, estabelece critérios para a realização de pesquisas científicas envolvendo seres humanos, visando a proteção dos direitos dos participantes e a promoção do conhecimento científico de forma ética e responsável (CFP, 2005).

Em se tratando da Avaliação Psicológica (AP), a ética é considerada parte fundamental do processo. De acordo com a Lei n. 4.119/62 (BRASIL, 1962), a AP é uma atuação complexa que se restringe a profissionais da Psicologia. Ela se utiliza de métodos, técnicas e instrumentos científicos que colaboram para uma melhor investigação do comportamento humano e prevenção de comportamentos desadaptativos, déficits no desenvolvimento e possíveis transtornos psicológicos. De modo individual ou grupal, busca compreender como as questões sociais, econômicas, cognitivas, afetivas e biológicas são capazes de interferir nos processos psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, nº 9/2018). De acordo com Hutz (2015), a AP busca investigar aspectos do comportamento humano, através de instrumentos, métodos e técnicas cientificamente validados, como entrevistas



psicológicas, anamnese, protocolos ou registros de observação, testes psicológicos aprovados, entre outros, sempre se respaldando em condutas ética.

Neste sentido, ao realizar uma AP, as (o) psicólogas (o) são responsáveis por garantir que seus métodos e práticas estejam em conformidade com os mais altos padrões éticos para proteger a privacidade, dignidade e bem-estar dos indivíduos envolvidos. Além disso, elas (e) são incentivadas (o) a fornecer intervenções baseadas em evidências e apropriadas para a idade e nível de desenvolvimento da (o) paciente.

Em se tratando da atuação com crianças e adolescentes, a ética é um aspecto ainda mais sensível e importante. Isso porque, a (o) psicóloga (o) deve respeitar o estágio de desenvolvimento da criança e adaptar as técnicas avaliativas à sua capacidade cognitiva e emocional. Ela (e) deve ainda levar sempre em consideração o bem-estar e a proteção da criança, garantindo um ambiente acolhedor e seguro para que ela possa expressar suas emoções e sentimentos. Outra questão importante a ser destacada quanto à ética em atendimentos com crianças e adolescentes é a manutenção de uma postura clara e transparente com os pais/responsáveis de seus pacientes menores de 18 anos, mantendo-os informados sobre o processo avaliativo e envolvendo-os quando necessário sem perder de vista a privacidade do atendimento (CFP, 2016).

Neste sentido, embora a ética profissional seja exigida em todos os serviços prestados por psicólogas (os), quando se trata do atendimento a crianças e adolescentes ela é ainda mais crucial (CFP, 2016). A (o) psicóloga (o) deve ter em mente que sua atuação com esse público deve ser pautada pelo cuidado, pela proteção e pelo respeito à sua condição peculiar de desenvolvimento e sua capacidade de compreensão e expressão. Ela (e) deve ainda evitar qualquer prática que possa ser prejudicial à criança – seja física, emocional ou cognitivamente (CFP, 2005) - e a realização intervenções sem o consentimento dos pais ou responsáveis. Assim, a (o) psicóloga (o) deve sempre agir com responsabilidade, transparência e respeito aos direitos e bem-estar de seus jovens pacientes, garantindo a qualidade e eficácia do serviço prestado (CFP, 2018).

É importante destacar que a atuação da (o) psicóloga (o) com crianças e adolescentes deve estar em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a proteção integral do público infantojuvenil, bem como o direito à privacidade, ao sigilo e à não discriminação (ECA, 1990). Isso significa que,

além de desenvolver um serviço responsável e cuidadoso, a (o) psicóloga (o) precisa estar vigilante para identificar situações de abuso ou negligência – que não necessariamente esteja relacionado ao processo terapêutico-avaliativo – e saber como proceder em casos de denúncia, sempre priorizando a proteção integral da criança e do adolescente. (ECA, 1990; CFP, 2016).

Se a (o) psicóloga (o) não agir com ética e com responsabilidade durante o processo avaliativo, poderá cometer infrações graves que podem acarretar em possíveis consequências danosas para a saúde e o bem-estar da criança ou adolescente, que podem ser irreparáveis, principalmente se a (o) psicóloga (o) não agir de forma responsável e ética diante da situação de risco (CPF, 2003). Por exemplo, se a (o) psicóloga (o) não garantir a privacidade e o sigilo das informações compartilhadas pela criança ou adolescente durante as sessões, ela pode estar colocando em risco a integridade emocional e psicológica daquele indivíduo, além de ferir os direitos previstos pelo ECA (CFP, 2011). Portanto, é fundamental que a(o) psicóloga(o) tenha um compromisso ético com a proteção da saúde e do bem-estar das crianças e adolescentes atendidos em seu serviço, priorizando sempre a proteção integral do público infantojuvenil e esteja atualizado em relação às normas e às práticas éticas estabelecidas pelo CFP (2019) e pelo ECA (1990).

Segundo o CFP (2018), a (o) psicóloga (o) precisa considerar um ajustamento no seu manejo na AP de acordo com a faixa etária da (o) paciente, selecionando adequadamente os instrumentos a serem utilizados. Considerando as especificidades na AP de crianças e adolescentes, é fundamental atender às seguintes questões éticas (CFP, 2018), o consentimento informado, é necessário obter o consentimento informado dos pais ou responsáveis legais antes de realizar qualquer a avaliação com pessoas menores de dezoito anos. Além disso, é importante que a criança ou o adolescente seja informado sobre o processo e, na medida do possível, dê seu consentimento para sua participação; A confidencialidade, a (o) psicóloga (o) deve garantir que as informações obtidas durante a avaliação sejam mantidas confidenciais e protegidas de acordo com as leis e regulamentos locais; O uso de testes e instrumentos de avaliação: a (o) psicóloga (o) deve selecionar testes e instrumentos de avaliação apropriados para a idade e nível de desenvolvimento da criança ou do adolescente; A competência da (o) avaliador(a), em que a (o) psicóloga (o) deve ter o treinamento e a experiência necessários para realizar a avaliação com crianças e adolescentes; Deve usar

instrumentos apropriados para a avaliar e indicar que a criança ou o adolescente precisa de intervenção, é importante que a (o) psicóloga (o) recomende apenas intervenções com bases científica e apropriadas para a idade e nível de desenvolvimento da criança ou do adolescente.

Ademais, em casos envolvendo o público infantojuvenil, entrevistas iniciais são realizadas com seus responsáveis legais e a criança/adolescente não necessariamente participa daquele momento. Ao longo do processo avaliativo, pode ser requerida também a participação de outros informantes para além dos pais, tais como, professores, médicos, irmãos, colegas de escola etc. (BORDIN et al., 2013).

Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo compreender como a ética profissional vem sendo compreendida pela(o) psicóloga(o) na condução da AP de crianças e adolescentes. Mais especificamente, investigou-se e descreveu-se o processo de AP de crianças e adolescentes; identificou-se quais os instrumentos mais utilizados no processo de AP de crianças e adolescentes realizada na capital cearense; averiguou se as (o) psicólogas conhecem legislações, normativas e resoluções que regem a ética profissional da Psicologia e da avaliação psicológica; e, por fim, verificou-se as percepções sobre ética na prática profissional em avaliação psicológica de crianças e adolescentes realizada em Fortaleza (CE).

Como foi dito anteriormente, a conduta ética da (o) psicóloga (o) na AP é fundamental para garantir direitos humanos universais, promover saúde de qualidade para a população e esse é um pré-requisito para a sua prática profissional. Considerando esses dados gerais, entende-se que estudar questões ético-profissionais no exercício da AP com o público infantojuvenil é de grande relevância o desenvolvimento pessoal e profissional de futuros psicólogos (o) e psicólogas (o) formados. Além disso, com este artigo, pode-se colaborar para a promoção de uma reflexão crítica na área da AP, bem como fornecer subsídios para boas práticas profissionais na área.

## 2 MÉTODO

O presente artigo possui um caráter exploratório e adota uma abordagem qualitativa. O objetivo foi investigar questões específicas relacionadas à ética percebida pelas (o) psicólogas (o) que atuam na avaliação psicológica com crianças e adolescentes, buscando compreender a perspectiva dos participantes de forma mais aprofundada. A coleta de dados ocorreu em abril de 2023.

A seleção dos participantes foi realizada por indicação de outros profissionais, levando em consideração psicólogas (o) de ambos os sexos, com até 6 anos de graduação, que trabalhassem na avaliação psicológica com crianças e adolescentes em Fortaleza e concordassem em participar da pesquisa. Apesar da disponibilidade restrita de participantes que atendiam aos critérios de seleção, foram recrutados três psicólogas (o) para compor a amostra final. Sendo duas mulheres e um homem na faixa etária de 24 a 27 anos.

Os nomes mencionados são fictícios e foram usados para preservar a privacidade e a confidencialidade dos indivíduos envolvidos. Vinícius é um homem de 24 anos, solteiro, que concluiu sua graduação em uma universidade particular. Ele está atualmente cursando uma pós-graduação em neuropsicologia e possui aproximadamente um ano de experiência em psicoterapia e avaliação psicológica. Manuelle é uma mulher de 26 anos, solteira, que concluiu sua graduação em uma universidade pública. Ela já possui um mestrado e atua a cerca de dois anos de experiência em psicoterapia e avaliação psicológica. Ana Luiza é uma mulher de 27 anos, solteira, que também concluiu sua graduação em uma universidade pública e possui um mestrado. Assim como Manuelle, ela tem aproximadamente dois anos de experiência em psicoterapia e avaliação psicológica.

Durante a coleta de dados, foi realizado um questionário sociodemográfico (AENXO-II), seguido por entrevistas semiestruturadas (ANEXO-III), com os participantes. Antes do início das entrevistas, foi aplicado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO-I), que foi lido e assinado pelos participantes, garantindo sua participação voluntária e consentida na pesquisa. Todos os procedimentos adotados neste estudo estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

As entrevistas foram realizadas de forma remota, utilizando a plataforma Google Meet, e tiveram uma média de duração de aproximadamente 50 minutos

cada. As entrevistas foram conduzidas individualmente, sendo gravada para fins de registro. As respostas foram posteriormente transcritas e armazenadas em um dispositivo online protegido por senha, garantindo a confidencialidade e a segurança dos dados coletados.

Essa abordagem permitiu uma interação direta entre o entrevistador e os participantes, possibilitando uma discussão mais detalhada e aprofundada sobre as questões éticas percebidas pelas psicólogas na AP com crianças e adolescentes. Através do ambiente virtual, foi possível estabelecer uma conexão efetiva e promover um diálogo significativo, enriquecendo a compreensão das percepções éticas dos profissionais envolvidos.

As transcrições serviram como base para a análise de conteúdo, seguindo a metodologia proposta por Bardin (2011). Inicialmente, foi realizada uma leitura detalhada das transcrições, permitindo ao pesquisador obter uma compreensão aprofundada das respostas e impressões iniciais de cada participante.

Em seguida, na etapa de codificação e classificação, os dados foram reagrupados, analisados e categorizados. As categorias foram identificadas a partir das respostas dos participantes e surgiram de forma indutiva, ou seja, foram emergindo a partir dos dados coletados. Para garantir a confiabilidade e a validade da análise, a pesquisadora realizou revisões contínuas, promovendo a discussão e o consenso das categorias.

A análise de conteúdo permitiu uma compreensão mais aprofundada das percepções éticas das (o) psicólogas (o) na AP com crianças e adolescentes. Ao identificar e categorizar os temas e padrões presentes nas respostas dos participantes, foi possível obter insights significativos e informações relevantes sobre a ética percebida nesse contexto específico.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 O *setting* na Avaliação Psicológica infantojuvenil**

A contatação da (o) psicóloga (o) na AP ocorre de forma geralmente prévia à realização da avaliação. Esse contato inicial é importante para estabelecer o vínculo entre a (o) psicóloga (o) e o avaliado, porém ao se tratar do público infanto-juvenil a contatação do serviço modifica (HUTZ, 2015). Isso foi possível, identificar nas falas dos interlocutores, ao trazerem uma perspectiva acerca dos seus atendimentos, revelando que o primeiro contato no processo avaliativo se dar por meio de encaminhamentos pela procura dos responsáveis legais (RL), sendo estes, mãe, pai, avó, tios entre outros. A literatura aponta que a entrevista inicial do processo avaliativo, geralmente é com o pai ou a mãe, de modo junto ou separado, e apenas depois com a criança (KRUNG, 2016; OCAMPO e ARZENO, 1979/2009). Contudo, Ampessan (2005), mostra que não se tem um procedimento padrão a seguir, visto que a separação dos pais é algo comum ao lidar com crianças e adolescentes. Entranto, o CFP (2005) sinaliza que o processo avaliativo pode ocorrer apenas com um RL.

Esse momento permite a troca de informações relevantes e esclarecimento de dúvidas. A forma de contato pode variar, dependendo do contexto e da preferência tanto do profissional quanto do avaliado. Geralmente, o primeiro contato pode ocorrer por telefone ou por meio de agendamento de consulta (AMPESSAN, 2005). Atualmente, também é comum a utilização de recursos online, como e-mails ou mensagens em aplicativos de comunicação.

Os interlocutores relataram que durante esse contato inicial, a (o) psicóloga (o) pode fazer uma breve explanação sobre o processo de avaliação, explicar os objetivos, métodos e instrumentos que serão utilizados, além de esclarecer as dúvidas dos RL e da criança ou adolescente. Também é um momento importante para a (o) psicóloga (o) conhecer a demanda ou queixa apresentada pelo RL e obter informações relevantes sobre a história da criança ou adolescente, acerca dos determinados dados:

- Desenvolvimento infantil: A (o) psicóloga (o) investiga marcos importantes do desenvolvimento da criança, como a idade em que começou a andar, falar, entre outros. Isso ajuda a compreender o contexto do desenvolvimento da criança e identificar possíveis atrasos ou avanços atípicos;

- **Histórico médico:** É importante conhecer o histórico médico da criança, incluindo informações sobre doenças, alergias, hospitalizações, medicações em uso ou outras questões relevantes à saúde física da criança. Isso pode auxiliar na compreensão de possíveis fatores biológicos que possam influenciar seu bem-estar psicológico.

- **História escolar:** A (o) psicóloga (o) pergunta sobre a trajetória escolar da criança, como o seu desempenho acadêmico, relacionamento com colegas e professores, adaptação escolar e eventuais dificuldades enfrentadas na escola. Essas informações ajudam a compreender o contexto educacional da criança e identificar possíveis desafios emocionais ou comportamentais relacionados ao ambiente escolar.

- **Comportamento e emoções:** A (o) psicóloga (o) busca informações sobre o comportamento e as emoções da criança em diferentes contextos, como em casa, na escola e com os pais. Isso inclui perguntas sobre possíveis dificuldades comportamentais, ansiedade, tristeza, agressividade ou outros aspectos emocionais relevantes.

- **Eventos traumáticos:** Caso tenham ocorrido eventos traumáticos na vida da criança, como abuso, negligência, violência doméstica ou perda significativa, a (o) psicóloga (o) investiga esses aspectos com sensibilidade, buscando compreender o impacto emocional dessas experiências.

- **Recursos e habilidades:** É importante identificar os recursos e habilidades da criança, como interesses, hobbies, talentos ou atividades em que ela se destaque. Isso auxilia na valorização dos aspectos positivos e na construção de estratégias terapêuticas adequadas.

Outro aspecto fundamental Bronfenbrenner (1996) aponta a necessidade de se considerar o contexto no qual a criança ou adolescente está inserido, incluindo a família, a escola, os amigos e outros aspectos do ambiente social. Para que a AP infantojuvenil seja efetiva e ética, é necessário que os profissionais envolvidos tenham uma compreensão clara das especificidades do desenvolvimento infantojuvenil (BRONFENBRENER, 1996). Para entender melhor como esses fatores podem estar influenciando o seu funcionamento psicológico, o profissional deve realizar uma avaliação da dinâmica familiar, das relações interpessoais na escola e outras questões relacionadas ao ambiente social da criança ou adolescente

(SERAFINI; LEVANDOWSKI; YATES, 2018). Essas informações são essenciais para compreender o paciente, identificar sintomas, avaliar o desenvolvimento, entender o contexto familiar e estabelecer uma relação avaliativa. Dados esses que ajudam a compreender o contexto em que o paciente está inserido, bem como a identificar fatores de risco e proteção relevantes para a sua saúde mental. A anamnese ajuda a contextualizar o paciente, identificar problemas e necessidades específicas, e orientar o planejamento de intervenções adequadas.

Os interlocutores mostraram que durante a entrevista inicial com os RL é ajustado aspectos práticos, como honorários, formas de pagamento, local das sessões, entre outros. A primeira etapa de contato permite ao psicólogo (o) e estabelecerem um primeiro vínculo e criar um ambiente de confiança e colaboração, com os RL. É uma oportunidade para que o RL sinta-se à vontade para expressar suas preocupações e expectativas em relação à AP, o que facilitará todo o processo posterior de avaliação e intervenção, se necessário. Os mesmos relatam a importância de ressaltar a AP como um processo colaborativo, no qual o psicólogo (o) e o avaliado trabalham juntos para compreender e lidar com as questões apresentadas. A comunicação entre eles desempenha um papel fundamental nesse processo, desde o primeiro contato até o feedback dos resultados e eventuais encaminhamentos.

A fala a seguir revela um posicionamento de Vinicius, frente a psicoeducação dos responsáveis:

Eu explico muito bem o processo. Eu sempre digo que as pessoas precisam estar preparadas do que vai acontecer com ela, acho extremamente importante. E de fato, como eu disse, é uma dificuldade, porque as pessoas querem ser diagnosticadas, querem dar um nome para aquilo, não é que elas estejam erradas. Mas eu acho, que é a partir do coletivo que a gente se conhece e passa pela pessoa e traz de certa forma a importância desse passo a passo para ela.

Então, o nosso papel é falar pra ele como que funciona, não é os pais que tem que falar para você como deve ser feito, seu trabalho! Então, eu acho que cabe ao profissional ter essa autoridade, ter responsabilidade. O nosso papel é sempre psicoeducar, psicoeducar e psicoeducar. (VINICIUS, 24 ANOS)

Vinicius e Manuelle, expuseram o primeiro contato da psicóloga (o) com a criança. A psicóloga(o) recebe a criança de maneira acolhedora e amigável, criando um ambiente agradável e seguro desde o início. Ela (e) pode cumprimentar a criança pelo nome, sorrir e usar uma linguagem adequada à sua idade. O estabelecendo do vínculo, como a (o) psicóloga (o) procura criar um vínculo afetivo com a criança,



demonstrando interesse genuíno por ela. Ela (e) pode iniciar uma conversa informal, fazendo perguntas sobre seus gostos, hobbies, brinquedos favoritos ou outras atividades que despertem o interesse da criança. A (o) psicóloga (o) psicoeduca, de forma simples e acessível qual é o seu papel na AP. Ela pode dizer que está ali para ajudar a criança a entender e lidar com seus sentimentos, pensamentos ou dificuldades, utilizando brincadeiras ou atividades divertidas.

Possibilitando a construção de um ambiente seguro, na qual psicóloga (o) garante que a criança saiba que o que é discutido durante as sessões é confidencial, exceto em casos em que haja risco para a criança ou outras pessoas. Isso ajuda a criar um ambiente seguro no qual a criança se sinta à vontade para compartilhar seus pensamentos e emoções. A (o) psicóloga (o) explora os interesses e preocupações, encorajando a a criança a falar sobre seus interesses, preocupações ou problemas. Ela pode utilizar jogos, desenhos, histórias ou atividades lúdicas para facilitar a expressão da criança. A (o) psicóloga (o) ouve atentamente, valida os sentimentos da criança e demonstra empatia durante o processo.

Estabelecendo expectativas, a (o) psicóloga (o) explica à criança que a AP é um processo que pode levar algum tempo e que eles trabalharão juntos para entender melhor suas emoções e pensamentos. Ela (e) também pode mencionar que podem ser necessárias várias sessões para obter um quadro completo da situação. E ao final da sessão, a (o) psicóloga (o) faz um resumo do que foi conversado, reforça a importância do trabalho em conjunto e expressa seu interesse em continuar o processo de avaliação e intervenção. Ela pode responder a quaisquer perguntas ou preocupações da criança e marcar a próxima sessão, se necessário. (Vinicius; Manuelle).

Os interlocutores ressaltam que cada adolescente e criança é único, e a psicóloga (o) adaptará sua abordagem e estratégias de acordo com a idade, maturidade e necessidades individuais da criança. O objetivo principal é criar um ambiente seguro e acolhedor para que a criança se sinta à vontade para explorar seus pensamentos, sentimentos e desafios emocionais. Esta afirmação de que cada criança é única e que a (o) psicóloga (o) adapta sua abordagem de acordo com as características individuais da criança é um princípio importante na prática da AP com crianças. Embora não possa fornecer uma referência específica, essa ideia está fundamentada nos princípios gerais da prática clínica e da terapia infantil.

Alguns autores reforçam que os profissionais de psicologia infantil reconhecem a importância de considerar a idade cronológica, o desenvolvimento cognitivo e emocional, a maturidade, as experiências pessoais e outros fatores individuais ao trabalhar com crianças (SERAFINI; LEVANDOWSKI; YATES, 2018; UEHARA, 2018). Essa abordagem personalizada permite ao psicólogo adaptar técnicas, estratégias e intervenções específicas para atender às necessidades de cada criança. Além disso, criar um ambiente seguro e acolhedor é um aspecto central da terapia infantil. Esse ambiente facilita a expressão dos pensamentos, sentimentos e desafios emocionais da criança, promovendo a confiança e a colaboração entre a criança/adolescente e a (o) psicóloga (o) (MANSUR-ALVEZ, M, et al., 2021).

A AP infantojuvenil é um processo complexo que envolve uma série de procedimentos, técnicas e instrumentos específicos para compreender as peculiaridades do desenvolvimento e comportamento da criança e do adolescente (PRIMI, 2010). Neste sentido, de acordo com Hutz (2015), afirma que é fundamental que os profissionais que trabalham nessa área estejam cientes das questões éticas e saibam como lidar com elas de forma adequada.

Uma das principais questões éticas relacionadas à AP de crianças e adolescentes é o consentimento informado (SANTOS et. al, 2016). Como essas populações são social, científica e legalmente consideradas vulneráveis – podendo não entender completamente o que está acontecendo, por exemplo – é importante que os profissionais obtenham o consentimento informado dos pais ou responsáveis legais antes de realizar a avaliação. Por outro lado, mesmo que vulneráveis, reconhece-se que crianças e adolescentes também devem ser informados sobre o processo de avaliação, sempre recorrendo a formas adequadas e adaptadas à sua idade e nível de desenvolvimento (PAPTISTA, 2019). Além disso, é importante que o profissional que realiza a AP de crianças e adolescentes tenha habilidades específicas de comunicação e rapport para estabelecer uma relação de confiança e segurança com a criança ou adolescente avaliado (BANDEIRA et al, 2016). Essas habilidades incluem a capacidade de se comunicar de forma clara e adaptada à idade e nível de desenvolvimento da criança ou adolescente, além de demonstrar empatia e compreensão das suas necessidades e sentimentos (PAPALIA e OLDS, 2006).

Para realizar a entrevista com crianças e adolescentes, é necessário que o ambiente seja propício e envolva algumas características como, a sala de atendimento deve oferecer privacidade para que o indivíduo se sinta seguro e confortável ao compartilhar suas experiências e emoções. Isso envolve a presença de portas e janelas que possam ser fechadas adequadamente, bem como a consideração de medidas de segurança para evitar acidentes (ABERASTURY, 1986; EFRON et al., 2009). É importante que a sala ofereça espaço suficiente para que as crianças e adolescentes possam se movimentar e se expressar livremente. Isso pode incluir um tapete para atividades no chão, espaço para jogos de grupo ou até mesmo uma área para atividades físicas leves, se adequado. É essencial que a sala seja confortável para o cliente/paciente, com iluminação adequada. É fundamental ter um espaço lúdico na sala de atendimento para atender às necessidades de expressão e interação das crianças e adolescentes (HUTZ, 2016). Isso pode incluir brinquedos, jogos, materiais artísticos, livros infantis e recursos avaliativos adequados à faixa etária, podem ser simples, mas que tenha uma boa durabilidade (ARZENO, 1995; EFRON et al, 2009). Lembrando que a configuração da sala pode variar de acordo com o contexto e as preferências da (o) psicóloga (o), bem como as características específicas de cada criança ou adolescente atendido. É importante criar um ambiente que estimule a expressão, a interação e a segurança emocional dos jovens clientes durante o processo de AP.

Oferecer essa estrutura nem sempre é possível, isso foi perceptível na fala de um dos interlocutores. Vinicius, trabalha em clínica particular e em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), ele relata que na UBS apresenta algumas dificuldades específicas, como o ambiente barulhento, lotados e com pouca privacidade. Mostra que isso interfere na concentração da criança ou do adolescente durante o processo. Os recursos são limitados em termos de testes e instrumentos de avaliação psicológica. Isso pode restringir as opções disponíveis para realizar uma avaliação completa e precisa. Vinicius diz, que busca criar um ambiente acolhedor e respeitoso.

Em conclusão, a criação de um ambiente propício para a entrevista com crianças e adolescentes é um desafio que nem sempre pode ser superado. Como evidenciado pelo relato de Vinicius, profissional que atua em uma clínica particular e em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), certos obstáculos específicos, como o ambiente barulhento, superlotado e com pouca privacidade na UBS, podem

prejudicar a concentração dos jovens durante o processo. Além disso, a limitação de recursos em termos de testes e instrumentos de avaliação psicológica pode restringir as opções disponíveis para uma avaliação completa e precisa. No entanto, Vinicius destaca sua dedicação em criar um ambiente acolhedor e respeitoso. Na próxima sessão, abordaremos estratégias e adaptações que podem ser implementadas diante dessas dificuldades, com o objetivo de promover a melhor experiência possível para as crianças e adolescentes durante a AP.

A criação de um ambiente propício para a entrevista com crianças e adolescentes é um desafio que nem sempre pode ser superado. Como evidenciado pelo relato de Vinicius, profissional que atua em uma clínica particular e em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), certos obstáculos específicos, como o ambiente barulhento, superlotado e com pouca privacidade na UBS, podem prejudicar a concentração dos jovens durante o processo. Além disso, a limitação de recursos em termos de testes e instrumentos de avaliação psicológica pode restringir as opções disponíveis para uma avaliação completa e precisa. No entanto, Vinicius destaca sua dedicação em criar um ambiente acolhedor e respeitoso. Na próxima sessão, abordaremos estratégias e adaptações que podem ser implementadas diante dessas dificuldades, com o objetivo de promover a melhor experiência possível para as crianças e adolescentes durante a AP.

Na próxima sessão, abordaremos estratégias e adaptações que podem ser implementadas diante dessas dificuldades, com o objetivo de promover a melhor experiência possível para as crianças e adolescentes durante a avaliação psicológica. Serão discutidas quais as fontes fundamentais e complementares que os psicólogos utilizam na AP com essa faixa etária, visando garantir uma avaliação abrangente e precisa. Será explorado como essas fontes podem contribuir para a compreensão do desenvolvimento, comportamento e necessidades dos jovens clientes, fornecendo subsídios valiosos para a tomada de decisões clínicas e a elaboração de intervenções adequadas.

### 3.2 Fontes fundamentais e Fontes complementares

A AP infantojuvenil exige do profissional um conhecimento aprofundado não apenas na escuta atenta e na compreensão das queixas, mas também na seleção criteriosa de técnicas adequadas e na habilidade de análise minuciosa e integração cuidadosa das informações. Esses aspectos são essenciais para garantir uma avaliação precisa e abrangente, permitindo uma compreensão mais completa das necessidades e demandas emocionais, cognitivas e comportamentais das crianças e adolescentes (BAPTISTA et al., 2019).

Segundo o CFP (2018), a prática da (o) psicóloga (o) deve fundamentar suas decisões em técnicas, instrumentos e métodos cientificamente comprovados para o uso. Para tanto, considerando que cada caso é único, a (o) psicóloga (o) responsável pela AP deve decidir quais fontes são as mais apropriadas para obter uma compreensão abrangente do indivíduo. Em linhas gerais, são utilizadas fontes fundamentais de informação e fontes complementares de informação. A primeira diz respeito a fontes necessárias para a realização de uma AP. São algumas delas: a entrevista inicial, a anamnese, a observação comportamental do avaliado, os questionários, os inventários, as escalas e os testes psicológicos aprovadas pelo CFP para uso restrito da (o) psicóloga (o). As chamadas fontes complementares são acessada por práticas através das quais a (o) psicóloga (o) pode adquirir outras informações que julgar importante para o processo avaliativo. Vale ressaltar que o CFP exige que as fontes secundárias também sejam cientificamente comprovadas.

Vinicius e Manuelle apresentaram métodos, técnicas e instrumentos que costumeiramente utilizam no desenvolvimento de uma AP. Como as fontes fundamentais de informações estão: a entrevista inicial, a anamnese e a observação comportamental do avaliado. Para Vinicius, por exemplo, tais fontes servem como base para construir um roteiro e esclarecendo que, apesar da utilização de testes

psicológicos não ser obrigatória ele acha *“extremamente importante ter esse tipo de medida. Quando a gente consegue aplicar um teste psicológico, uma escala, um inventário e um questionário, ela se torna mais rica”*.

Já para Manuelle o uso de um instrumento lúdico colabora para a entrevista inicial com a criança e poder desenvolver o vínculo entre avaliador e avaliado.

Perguntinhas, assim, bem gerais que eu levei para a sessão. [O instrumento era] como se fosse uma caixa de sapato com uma bolinha no meio um buraquinho. E aí a gente ia jogando umas bolinhas de papel e, quando acertasse, a gente tirava a pergunta e aí ele [ a criança] respondia. Isso é bem bacana até para quebrar o gelo no começo e conhecer mais a criança. (MANUELLE, 26 ANOS)

Um processo de AP contém variadas fontes. Contudo, a mais citada pelos interlocutores nas entrevistas foi o teste psicológico. Trata-se de um instrumento exclusivo da prática da psicologia, segundo a lei 4119/62 (BRASIL, 1962). WECHSLER (2003) afirma que os testes psicológicos são ferramentas importantes na prática profissional da psicologia, pois fornecem informações valiosas sobre os indivíduos, auxiliando na compreensão de seus comportamentos, habilidades e características psicológicas.

Em vista disso, os interlocutores desta pesquisa apontam que é fundamental que os profissionais que aplicam os testes estejam atentos aos princípios éticos envolvidos nesse processo, seguindo os princípios e diretrizes éticas que garantem o respeito, a integralidade e o bem-estar dos indivíduos avaliados como o consentimento informado e a confidencialidade. Além disso, as (os) psicólogas (os) devem ser capazes de garantir o uso competente dos testes, desde a escolha apropriada dos instrumentos de avaliação até a aplicada e produção do resultado. Ana Luiza, por exemplo, informa que ao escolher um teste psicológico o profissional deve se atentar à validade, fidedignidade e propósito da avaliação, sempre observando a população-alvo indicada para o teste a fim de selecioná-lo de acordo com a idade e o nível de desenvolvimento da criança ou do adolescente.

A interlocutora Ana Luiza, retrata ainda algumas dificuldades acerca da padronização dos testes:

A gente leva em consideração também que alguns testes [...] têm estudos voltados para algum estado específico, né? Quando a gente vai olhar, por exemplo, as tabelas das normativas... nem todos os testes tem tabelas normativas pra gente comparar com as crianças e adolescentes do Ceará. E a gente sabe o quanto essa linguagem vai mudar daqui para as pessoas de São Paulo, Rio Grande do Sul... Isso vale tanto na avaliação psicológica quanto em alguns contextos de pesquisa. As crianças têm dificuldades [...] de entender as instruções do teste e [...] são instruções que a gente não pode

alterar para facilitar a compreensão da criança, porque isso pode interferir também os resultados dela. (ANA LUIZA, 27 ANOS)

Neste sentido, a aplicação dos testes depende de uma série de elementos fundamentais que devem ser resguardados, sejam linguagem, aplicabilidade e interpretação. Ou seja, alguns testes, mesmo validados para crianças brasileiras, pode se comportar de forma diferente em cada região do país. Por isso, é importante que os profissionais considerem as particularidades culturais e socioeconômicas da população avaliada para garantir que os instrumentos utilizados sejam culturalmente sensíveis e relevantes (WECHSLER, 2003).

Segundo Bueno e colaborador (2018), esses dados podem ser acessados na ferramenta do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (Satepsi) – que permitem mensurar a qualidade psicométrica dos testes –, verificando se os testes estão favoráveis ou desfavoráveis para o uso (CFP, 2018). Um teste favorável é aquele que demonstra propriedades psicométricas sólidas, como validade e confiabilidade. Ele é apropriado para a população-alvo e o contexto em que está sendo aplicado. Ademais, um teste favorável fornece resultados precisos e confiáveis, permitindo uma avaliação precisa e útil das características e habilidades psicológicas do indivíduo. Por outro lado, um teste desfavorável é aquele que apresenta deficiências em suas propriedades psicométricas, como falta de validade ou confiabilidade. Pode ser inadequado para a população-alvo ou contexto em que está sendo utilizado. Neste sentido, um teste desfavorável pode levar a resultados imprecisos, inconsistentes ou enganosos, limitando a utilidade da avaliação psicológica. Em suma, os profissionais devem selecionar testes que sejam favoráveis e adequados às necessidades dos indivíduos avaliados, levando em consideração a validade, confiabilidade e outras características importantes dos testes disponíveis (CFP, 2018).

De acordo com Paptista (2019), são questões fundamentais na prática profissional no uso de testes psicológicos: a segurança e a confidencialidade. A segurança refere-se à proteção física e emocional dos indivíduos durante a aplicação dos testes, enquanto a confidencialidade diz respeito à proteção dos dados coletados durante o processo de avaliação. No que diz respeito à segurança, os profissionais devem criar um ambiente seguro e acolhedor para os indivíduos avaliados. Isso inclui proporcionar um espaço adequado, livre de distrações, onde os

participantes se sintam confortáveis e à vontade para responder às questões dos testes.

Considerando aplicação de testes psicológicos no Brasil, conforme o CFP (2018), os profissionais também devem levar em consideração a sensibilidade emocional dos indivíduos e adotar medidas para minimizar qualquer estresse ou desconforto que possa surgir durante a avaliação. Em relação à confidencialidade, as (os) psicólogas (os) têm a responsabilidade ética e legal de proteger a privacidade e a confidencialidade das informações obtidas durante os testes psicológicos. Isso significa que os dados coletados devem ser armazenados de forma segura e acessados apenas por profissionais autorizados. Os resultados dos testes devem ser compartilhados somente com as partes envolvidas diretamente no processo de avaliação ou tratamento – como os pais ou responsáveis legais da criança ou adolescente –, sem deixar de garantir o consentimento informado dos indivíduos avaliados (CFP, 2005).

Além disso, os profissionais devem cumprir as leis e regulamentos aplicáveis à proteção de dados, como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709 de 2018. Isso envolve adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para prevenir o acesso não autorizado, o uso indevido ou a divulgação não autorizada dos dados coletados durante os testes. A segurança do uso dos testes e a confidencialidade são pilares essenciais da prática ética e profissional das (os) psicólogas (os). Ao garantir um ambiente seguro e proteger a privacidade dos indivíduos avaliados, os profissionais fortalecem a confiança e promovem a integridade da avaliação psicológica. Todavia, observou-se nesta pesquisa que nem sempre o psicólogo consegue garantir a segurança e a confidencialidade no exercício de seu trabalho, já que, como Vinícius apontou, algumas instituições tem uma estrutura precária.

Em se tratando de fontes complementares, foi observada nesta pesquisa uma maior diversidade no uso de métodos, técnicas e instrumentos, em conformidade com cada caso. De acordo com Manuelle, *“as estratégias complementares vai depender também do funcionamento da criança”*. Ana Luiza, por exemplo, utilizou como fonte complementar relatórios multiprofissionais, bem como exames e laudos médicos. Manuelle, por outro lado, apresentou como fonte complementar em seu atendimento a referida caixa de sapato: elas não é uma técnica da psicologia, mas segue parâmetros indicados pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005).



Outras fontes complementares que emergiram nas entrevistas são os documentos técnicos: material escrito que fornece informações detalhadas e especializadas sobre procedimentos, instrumentos e resultados da AP. Dentre eles estão protocolos de AP e relatórios multiprofissionais, que permitem e garantem a precisão, a qualidade e a consistência dos processos de avaliação psicológica, permitindo que os profissionais da área comuniquem de forma clara e confiável as informações sobre os indivíduos avaliados, suas características, necessidades e recomendações de intervenção. (CFP, 2018).

A atuação da (o) psicóloga (o) junto à criança e ao adolescente na avaliação psicológica vai além da coleta de dados e resultados. Vinicius aponta que é fundamental que o profissional seja capaz de fornecer um feedback claro e compreensível, de forma a envolver ativamente a criança ou adolescente no processo de compreensão dos resultados. Isso contribui para promover a autonomia e o empoderamento do indivíduo, permitindo que ele participe ativamente das decisões relacionadas ao seu próprio bem-estar. Neste sentido, a avaliação psicológica é encerrada com uma entrevista devolutiva, reconstruindo para os RL uma linha do tempo do processo avaliativo. Naquele momento, são indicados os encaminhamentos para o caso em questão. É emitido um laudo da avaliação psicológica, no qual o RL vai encontrar um texto argumentativo-descrito sobre o processo e seus resultados.

A formulação de um laudo psicológico requer a observância de diretrizes éticas estabelecidas nas resoluções, código de ética e cartilhas da profissão. Esses documentos são fundamentais para orientar a prática dos psicólogos, garantindo a qualidade, precisão e ética na elaboração do laudo. As resoluções emanadas pelos órgãos reguladores, como o CFP, têm como objetivo estabelecer normas e diretrizes para a atuação dos profissionais da psicologia. Essas resoluções abrangem diversas áreas da prática profissional, incluindo a avaliação psicológica e a elaboração de laudos. Elas fornecem diretrizes específicas sobre os procedimentos técnicos, éticos e legais a serem seguidos durante a formulação do laudo. O Código de Ética Profissional do Psicólogo também desempenha um papel fundamental na elaboração do laudo psicológico. Ele estabelece os princípios éticos que norteiam a atuação dos psicólogos, tais como: beneficência, não maleficência, autonomia, sigilo profissional, competência, responsabilidade, entre outros. No contexto da elaboração do laudo, esses princípios éticos orientam a busca pelo benefício do indivíduo

avaliado, a garantia de confidencialidade, a competência técnica na utilização dos instrumentos e técnicas de avaliação, além da responsabilidade na interpretação dos resultados.

De acordo com Vinicius, as resoluções, código de ética e cartilhas são diretrizes bem claras que oferecem orientações específicas para a elaboração do laudo psicológico. Essas cartilhas abordam temas como estrutura do laudo, elementos obrigatórios, linguagem adequada, considerações éticas e legais, entre outros aspectos relevantes para a formulação do laudo. Ademais, no processo de elaboração do laudo psicológico, é essencial que o profissional esteja familiarizado com as resoluções, código de ética e cartilhas pertinentes que permitirá uma prática alinhada com as diretrizes éticas e profissionais, garantindo a qualidade e a ética do documento. O interlocutor conclui que, com essas orientações, a (o) psicóloga (o) assegura que o laudo seja um instrumento objetivo, preciso e ético, diferenciado-se do laudo médico em suas bases epistemológicas.

Vale ressaltar que a área de avaliação psicológica está em constante evolução, impulsionada por avanços técnicos, científicos e éticos. Essas atualizações são necessárias para acompanhar as mudanças na sociedade e no entendimento das questões relacionadas ao desenvolvimento infantojuvenil (PAPALIA e OLDS, 2006). Neste sentido, para os interlocutores desta pesquisa, é fundamental buscar atualizações na área, seja por meio de palestras, cursos, pós-graduação, livros, resoluções e cartilhas desenvolvidas pelo CRP ou até mesmo redes sociais. Em que novas técnicas de avaliação podem surgir, assim como instrumentos atualizados que levam em consideração as particularidades das crianças e adolescentes. Vinicius, percebeu inclusive que, na sua prática em AP com crianças e adolescentes, é preciso manter uma constância nos estudos, principalmente no que tange à psicopatologia e à teoria do desenvolvimento. *“No início, eu sabia o básico do básico de desenvolvimento. Hoje em dia eu acho que é um dos aspectos que eu mais tenho estudado”*.

Além da constante atualização, a imparcialidade e a ausência de preconceitos são igualmente cruciais na avaliação psicológica. Os profissionais devem estar conscientes de seus próprios vieses e evitar qualquer forma de discriminação (CFP, 2005). É essencial considerar a diversidade e a inclusão, levando em conta fatores como raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, entre outros, para garantir uma avaliação justa e equitativa (CPF, 2018; CFP, 2002).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo compreender como a ética profissional vem sendo produzida pela (o) psicóloga (o) na condução da AP de crianças e adolescentes por profissionais recém formados que atuam em Fortaleza, Ceará. Foi realizada uma discussão sobre questões éticas na atuação da (o) psicóloga (o) no atendimento de crianças e adolescentes, trazendo as especificidades da condução do atendimento infantojuvenil profissionais da psicologia.

Através de uma pesquisa qualitativa utilizando-se do como método a entrevista semiestruturada, foi possível investigar e descrever o processo de avaliação psicológica de crianças e adolescentes realizada em Fortaleza por psicólogas(os) formadas(os) entre 2018 e 2023. Segundo os interlocutores, é realizada inicialmente uma entrevista com os RL da criança ou do adolescente a fim de compreender a queixa trazida por eles. Em seguida, as (o) psicólogas (o) marcam uma entrevista com o avaliando. Nela, é observado se a criança/adolescente compreende os motivos que a levaram a estar ali e o processo pelo qual ela passará. Naquele momento, é constituído um primeiro vínculo entre psicóloga (o) e avaliado. Durante a pesquisa, foi possível perceber que os entrevistados entendem a importância de explicar para a criança/adolescentes o processo e seus resultados, respeitando seus direitos fundamentais.

No que tange à realização da AP, os profissionais citaram várias fontes fundamentais e complementares de informação. São algumas delas: entrevista inicial, a anamnese, observação do comportamento do avaliado, testes psicológicos,

laudos e exames médicos, relatórios, atividades lúdicas. Ao narrarem sobre a aplicação de práticas para obter informações, os interlocutores relataram a importância de ter acesso a múltiplas fontes de informações, pois esta heterogeneidade ajuda na compreensão do avaliando.

Além disso, observou-se que a AP de crianças e adolescentes é uma prática complexa que requer a consideração de aspectos éticos e legais essenciais. Nesse sentido, de acordo com os interlocutores e com a literatura especializada é fundamental que os profissionais estejam atualizados e em conformidade com as normas e regulamentações vigentes, como o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Lei de Proteção de Dados Pessoais. Ao adotar uma abordagem ética na AP, os profissionais garantem o respeito pelos direitos das crianças e adolescentes, promovendo a autonomia, a privacidade e a confidencialidade das informações obtidas. A realização do consentimento informado, a seleção adequada de instrumentos de avaliação e o cuidado na elaboração e devolutiva do laudo são exemplos de práticas éticas que contribuem para a qualidade e a integridade do processo de avaliação. Assim, é possível afirmar que as (o) psicólogas (o) entrevistados conhecer as resoluções e normativas que amparam sua prática profissional.

É importante ressaltar que a ética na AP não se restringe apenas à elaboração do laudo, mas permeia todo o processo, desde a coleta de dados até a devolutiva aos envolvidos. Ao seguir as diretrizes éticas e legais, os profissionais proporcionam um ambiente seguro, respeitoso e inclusivo, no qual as crianças e adolescentes podem expressar-se livremente e receber um suporte adequado para o seu desenvolvimento emocional e psicológico. Portanto a atuação ética na AP com crianças e adolescentes é uma responsabilidade essencial dos profissionais, visando o benefício e o bem-estar dos indivíduos avaliados. Ao adotar uma postura ética, as (o) psicólogas (o) contribuem para a construção de uma prática profissional sólida e confiável, fortalecendo a credibilidade da psicologia como ciência e promovendo uma abordagem ética e sensível em relação às necessidades e direitos das crianças e adolescentes. Além disso, é importante que os profissionais que realizam AP de crianças e adolescentes estejam sempre atualizados e em conformidade com as normas éticas e legais aplicáveis à sua prática (HUTZ, 2015). Isso inclui, por exemplo, o Código de Ética Profissional do Psicólogo e a Lei de Proteção de Dados Pessoais, entre outras regulamentações.

Por outro lado, assim como toda prática científica, esta pesquisa teve suas limitações. Uma das principais limitações diz respeito à amostra utilizada, que foi restrita a uma determinada faixa etária e contexto específico. Isso pode limitar a generalização dos resultados para outras populações ou contextos diferentes. Além disso, o tempo disponível para a coleta e análise de dados foi limitado, o que pode ter influenciado a profundidade e abrangência das conclusões obtidas. Por fim, apesar dos esforços em garantir a confiabilidade e validade dos instrumentos utilizados, é importante reconhecer a possibilidade de viés ou imprecisões nos resultados. Essas limitações destacam a necessidade de estudos futuros que possam abordar essas lacunas e fornecer uma compreensão mais abrangente e aprofundada do tema em questão. Visto que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e uma população vulnerável, entende-se que tem poucas pesquisas falando sobre as especificidades da avaliação psicológica com crianças. Que isso é importante para o desenvolvimento da psicologia como ciência.

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **Psicanálise da criança: Teoria e técnica**. Porto Alegre: Artmed, 1986.
- AMPESSAN, A. **A singularidade da psicanálise infantil. (Con) textos de entrevista: Olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- ARZENO, M. E. G. **Psicodiagnóstico clínico**. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- BANDEIRA, D. R; TRENTINI, C. M; KRUG, J. S. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- BAPTISTA, M. N. *et al.* **Compêndio de Avaliação Psicológica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1962. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp01/legislacao/lei-411962-regulamenta-a-profissao-de-psicologo>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.
- BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- BUENO, J. M. H; PEIXOTO, E. M. Avaliação psicológica no Brasil e no mundo. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Jun/Set. 2018 v. 38 nº3, 108-121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wPMfKZRCf5fRtjhgXK5XyKq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Resolução Nº 007/2003, de 14 de junho de 2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo em avaliação psicológica. Brasília, DF: 2003. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf). Acesso em: 29 jun. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 01/2016**. Dispõe sobre a atuação do psicólogo em relação às questões de violência sexual de crianças e adolescentes. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp->

content/uploads/2020/06/violencia-sexual-de-criancas-e-adolescentes.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 010/05, de 21 junho de 2005.** Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília, DF: 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 012/2011, de 13 de abril de 2011.** Estabelece a regulamentação a atuação da (o) psicóloga (o) no sistema prisional. Brasília, DF: 2011. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao\\_012-11.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao_012-11.pdf). Acesso em: 29 de jun.2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 018/2002, de 19 de dezembro de 2002.** Estabelece normas para a atuação dos psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF: 2002. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF). Acesso em: 29 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 9, de 25 de abril de 2018.** Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica. Brasília, DF: 2018. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/docs/ResolucaoCFP009-18.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

EFRON, A. M. *et al.* **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HUTZ, C. S. *et al.* **Psicodiagnóstico.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

HUTZ, C. S. **O que é avaliação psicológica: Métodos, técnicas e testes.** Porto Alegre: Artmed, 2015.

KRUNG, J. S; BANDEIRA, D. R. **Entrevista lúdica diagnóstica psicanalítica: Fundamentos teóricos, procedimentos técnicos e critérios de análise do brincar infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

MANSUR-ALVEZ, M. *et al.* **Avaliação psicológica na infância e adolescência.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021.

OCAMPO, M. L. S; ARZENO, M. E. G. **O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PAPALIA, D. E; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS J. L. F; CAMPOS, R. T. O. **Consentimento informado na avaliação psicológica de crianças e adolescentes: implicações éticas**. São Paulo: Revista de Psicologia da UNESP, 2016.

SERAFINI, A. J; LEVANDOWSKI, D. C; YATES, D. B. **Os testes psicométricos na avaliação com crianças**. São Paulo: Hogrefe, 2018.

UEHARA, E. **Características cognitivas do desenvolvimento infantil**. São Paulo: Hogrefe, 2018.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

WECHSLER, S. **Guia de procedimentos éticos para a avaliação psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.



## ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS  
SEDE PARQUE ECOLÓGICO  
CURSO DE PSICOLOGIA**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### **PESQUISA: CUIDADOS ÉTICOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Prezado (a) colaborador (a),**

• Você é convidado (a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar a compreensão ética do psicólogo na avaliação psicológica com crianças e adolescentes na cidade de Fortaleza.

**1. PARTICIPANTES DA PESQUISA:** Psicólogos recém formados e com até seis anos de formação, que atuam na área de avaliação psicológica, que possuam experiência em atendimentos com crianças e adolescentes e que residam em Fortaleza. Esta será, inevitavelmente, amostra de conveniência, não-probabilística, participarão da pesquisa aqueles voluntários que, convidados a colaborar, concordem.

**2. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Ao participar deste estudo, você responder à um questionário sociodemográfico e uma entrevista semi-dirigida com perguntas que envolvem o tema estudado. Lembramos que você tem a liberdade de se recusar a participar e pode ainda deixar de responder ao questionário e a entrevista semi-



**CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS**  
**SEDE PARQUE ECOLÓGICO**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

dirigida, retirando o seu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Além disso, ainda tem o direito de ficar com uma das vias deste termo de consentimento. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Para isso, poderá entrar em contato com a responsável pela pesquisa.

**3. RISCOS E DESCONFORTOS:** A participação nesta pesquisa poderá acarretar o risco mínimo de algum constrangimento ou desconforto que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. Caso venha a ocorrer, a pesquisadora disponibilizará o contato da mesma, bem como sugerindo o número de clínicas escolas que oferecem atendimentos psicológicos gratuitos em Fortaleza. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pelas Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho.

**4. CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As entrevistas serão gravadas, transcritas e mantidas em lugar seguro e sigiloso, e a identificação dos participantes só poderá ser realizada pela pesquisadora. Apenas os responsáveis pela pesquisa terão conhecimento das respostas e seu nome não será usado em nenhum momento. Todos os dados serão analisados em conjunto, garantindo o caráter anônimo das informações. Os resultados poderão ser utilizados em eventos e publicações científicas.

**5. BENEFÍCIOS:** Ao participar desta pesquisa, você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que esta nos forneça dados importantes

acerca de questões relacionadas às experiências vivenciadas no contexto no qual a pesquisa se refere, contribuindo para o campo da ética na psicologia.



**CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS**  
**SEDE PARQUE ECOLÓGICO**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**6. PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação. Entretanto, se você desejar, poderá ter acesso a cópias dos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo.

**Endereço da responsável pela pesquisa:**

<b>Nome:</b> Profa. Ma. Elaine Marinho Basto	<b>E-mail:</b> elaine.marinho@unichristus.edu.br
<b>Instituição:</b> Centro Universitário Christus – Unichristus (Campus Parque Ecológico)	
<b>Endereço:</b> Rua João Adolfo Gurgel,133, Cocó, Fortaleza-CE,CEP: 60.192-345.	
<b>Telefone para contato:</b> (85) 3265-8100	

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719040, Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877.

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO**

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e, para isso, eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Nome do membro da equipe de pesquisa: \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura do membro da equipe de pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora responsável: \_\_\_\_\_

**ANEXO II – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO- CUIDADOS ÉTICOS NA  
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

1. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
2. Com qual gênero você se identifica?
3. Idade (ano)?
4. Estado civil?
5. Habilitação acadêmica (curso, local e ano)?
6. Formação complementar ao ensino superior? Se sim, quais?
7. Tempo de trabalho com crianças e adolescentes na avaliação psicológica?

### **ANEXO III- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

1. Como foi seu primeiro contato com a avaliação psicológica, depois de formado?
2. Como foi o início do trabalho com o público infanto-juvenil?
3. Como você identifica os instrumentos de avaliação psicológicas para o público infanto-juvenil? Você nota limitações?
4. Quais as principais fontes de informações complementares que você utiliza no processo da avaliação psicológica infanto-juvenil?
5. Como você nota que as normativas, resoluções e o código de ética te auxiliam na prática clínica?
6. Como você identifica e lida com os conflitos éticos na prática profissional infanto-juvenil?
7. Como você busca atualizações da sua área? Você busca supervisão?
8. Fazendo um comparativo entre seu início e seu momento atual na AP, quais demandas você percebe no processo de formação profissional?